



Proc. n.º 371/91
fis. 002
Macedo

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Ofício nº 496 /GP-91

Em, 27 de Setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei nº 344 de 27 de Setembro de 1991, que dispõe sobre doação de terras urbanas, a fim de que seja analisado e deliberado pelos Nobres Vereadores deste Município.

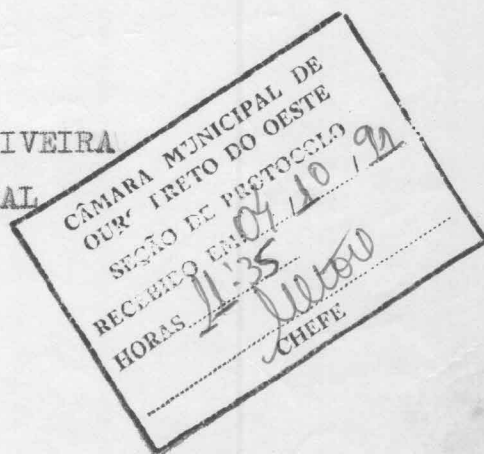
Em anexo, estamos encaminhando a Mensagem Explicativa da matéria em pauta.

Na oportunidade, reiteramos nossos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

EXMO. Sr,
JASMO PEREIRA DE CASTRO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
OURO PRETO DO OESTE - RO.





Proc. n.º 371/91

fis. 003

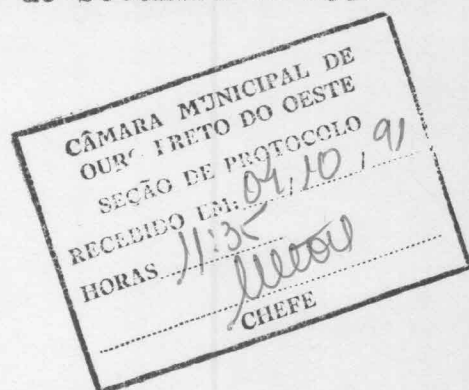
Ullat

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Mensagem nº 338

De 27 de Setembro de 1991.

Exmº Sr. Presidente,
Exmºs Srs. Vereadores,



Honra-nos encaminhar a essa Colenda Casa de Leis o Projeto de Lei nº 344 de 27 de Setembro de 1991, que faz doação de terras urbanas a Associação legalmente constituída, a fim de que seja analisado e votado por Vossas Excelências.

A doação de que trata a presente matéria, está devidamente amparada pela Lei nº 139 de 11.11.87, vez não visar lucros.

A Associação tem como finalidade promover o estímulo e o desenvolvimento progressivo da agricultura e pecuária, a defesa da atividade econômica, social e cultural dos associados.

A Associação tem ainda por finalidade promover e orientar os associados na aquisição de instrumentos agrícolas, colocar os produtos no mercado, prestar serviços de transportes, beneficiamento, armazenagens, classificação, embalagem e o necessário para a boa colocação dos produtos no mercado interno e externo; prestar assintência técnica, e o mais necessário para o bem estar dos associados.

Senhores Vereadores, esperamos poder contar ma is uma vez com valiosa atenção deste Órgão Legislativo em atender aos anseios e interesse da comunidade é que pedimos analisar e de- *AK*



Proc. n.º 391/91
fis. 004
Jltal

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Fl.02

liberar a matéria ora apresentada. *[assinatura]*

PALÁCIO DOS PIONEIROS.

[assinatura]
JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL



APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 21 / 10 / 91



Proc. N.º 371/91
Ass. 005
Jutal

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Projeto de Lei nº 344

De 27 de Setembro de 1991.

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 29 / 10 / 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a doar à Associação Rural Oupretense Organizada para Ajuda Mutua "AROOPAM", o lote 803 da quadra 033 do Setor 01, localizado à Av. Daniel Comboni c/ Rua Burareiro, com área de 3.028,55 m², por ela ocupada.

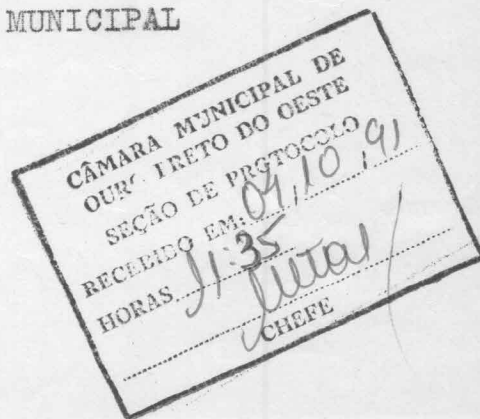
Art. 2º - As despesas com medição e demais taxas ocorrerão às expensas da entidade beneficiada.

Art. 3º - Para efeito desta Lei, a Associação a ser beneficiada, fica reconhecida como de utilidade pública.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL





MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

CGC

VALIDO ATÉ

30/06/93

NUMERO DE INSCRIÇÃO

04380986/0001-23

ATIVIDADE PRINCIPAL

80.22*

NATUREZA JURIDICA

16 - ASSOCIACAO

CGC

CPF DO RESPONSÁVEL

036038142-15

ORGÃO DA RF

24014 202501014 - J1-PARANA

CGC

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

ASSOC RURAL OURO PRETENSE ORG P AJUDA MUTUA AROOPAM

CGC

NOME DE FANTASIA

CGC

LOGRADOURO

RUA BURAREIRO

NUMERO

25 CGC

COMPLEMENTO

CEP

78926

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

OURO PRETO DO OESTE

UF

RO

CGC

CGC

2* APRESENTE FA PARA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ATIVIDADES M9012

PROC. N.º 371/91

fin. 006

11/03/91

21

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA DA "AROOPAM"

No dia 25 de Março de 1.985, no local "Centro Comunitário Dom Daniel Comboni", Av. Daniel Comboni, 3264, em Ouro Preto do Oeste - RO - foi realizada, de acordo com os Estatutos, a Assembléia Extraordinária da AROOPAM.

Entre os vários assuntos em pauta, houve uma discussão mais demorada sobre o Art. 3 dos Estatutos, que trata da finalidade da Associação e vários tipos de serviço que a própria Associação pode prestar aos sócios na compra e venda de mercadorias. Como conclusão do debate, foi decidido acrescentar, ao Art. 3 dos Estatutos, uma especificação mais clara referente à comercialização dos produtos. Foi então votado e aprovado um adendo ao Art. 3, que passará a ter a seguinte redação:

ARTIGO 3 - A Associação terá como finalidade promover o estímulo ou desenvolvimento progressivo da agricultura e pecuária, a defesa da atividade econômica, social e cultural dos associados;

& PRIMEIRO - Promover e orientar os associados na aquisição de insumos, instrumentos agrícolas, colocar os produtos agrícolas no mercado, assessorar os associados na aquisição de bens de consumo nas propriedades rurais, prestar serviços de transportes, beneficiamento, armazenagens, classificação, embalagem e o necessário para a boa colocação dos produtos no mercado interno ou externo, a prestar assistência técnica, e o mais necessário para o bem estar do associado; adquirir bens com a participação dos próprios associados e a eles transferir com ônus apenas de custo e despesas a eles congregadas e ainda vender a produção dos associados em conjunto através da associação nos grandes centros, somente acrescentando as taxas de despesas referente à comercialização;

& SEGUNDO - A Associação obrigatoriamente manterá um serviço de cadastro dos associados, como, também, das entidades que por ventura a mesma comerciaria.

Eu, abaixo assinado, Secretário da Associação, lavrei esta Ata, que será assinada por mim e pelo Presidente da Associação.

Ouro Preto do Oeste, 25 de Março de 1.985

Herluzes Vieira Coelho
Herluzes Vieira Coelho
Secretário

João Reboi
João Reboi
Presidente

AVERBAÇÃO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA

Cidade de O. Preto D'Oeste,

Apresentado hoje para registro e anotado sob o número de ordem 142 fls 06 do protocolo.

Registro sob nº de ordem 01 fls 07 o livro A nº 01 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Ouro Preto D'Oeste, 28 de 06 de 1985

O Oficial

Proc. n.º 371/94

fls. 007

Julia

= ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RURAL OURO PRETENSE ORGANIZADA PARA

AJUDA MÚTUA

"AROOPAM"

CAPÍTULO I

Proc. n.º 371/94

fls. 008

litau

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO, DURAÇÃO E ÁREA DE AÇÃO

ARTIGO 1º. - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO RURAL OURO-PRETENSE ORGANIZADA PARA AJUDA MÚTUA "AROOPAM", fica constituída uma sociedade civil, sem fins lucrativos que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

ARTIGO 2º. - A sede da associação será na Av. 15 de Novembro, s/nº centro, município e Comarca de Ouro Preto D'Oeste, Estado de Rondonia.

ARTIGO 3º. - A associação terá como finalidade promover o estímulo ou desenvolvimento progressivo da agricultura e pecuária, a defesa da atividade econômica, social e cultural dos associados;

§ PRIMEIRO. - Promover e orientar os associados na aquisição de insumos, instrumento agrícolas, colocar os produtos agrícolas no mercado, accessorar os associados na aquisição de bens, de consumo nas propriedades rurais, prestar serviços de transportes beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e o necessário para a boa colocação dos produtos no mercado interno ou externo, a prestar assistência técnica, e o mais necessário para o bem estar do associado;

§ SEGUNDO. - A associação obrigatoriamente manterá um serviço de cadastro dos associados, como também das entidades que por ventura a mesma comerciará.

ARTIGO 4º. - A duração da associação é por tempo indeterminado, prevendo-se o início de suas atividades para o dia 1º de janeiro de 1.984.

ARTIGO 5º. - Para a realização dos seus objetivos à associação agirá isoladamente ou em colaboração com os associados ou poderes públicos.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS

ARTIGO 6º. - São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimento legal, forem admitidos como tal, mediante o preenchimento de formulário próprio, e que sejam aprovado pela diretoria da associação, e mantenham em dia as contribuições mensais estipuladas pela associação, ou sua assembléia geral e que tenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

= vide folha nº 02 =

PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO CIVIL DAS
ESTADO DE RONDONIA
Comarca de O. Preto D'Oeste

ARTIGO 7º. - O número de associados é ilimitado, quanto ao máximo, não podendo, contudo, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

ARTIGO 8º. - Para associar-se os interessados preencherão a respectiva proposta de admissão, assinando com outros 02 (dois) associados já cadastrados anteriormente na associação;

§ PRIMEIRO. - Aprovada pela diretoria sua proposta, o candidato fornece os dados para sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão e anuidade em vigor, assinando o livro de matrícula, juntamente com o diretor presidente;

§ SEGUNDO. - O pagamento da jóia de admissão e anuidade, completa .. sua admissão na sociedade.

ARTIGO 9º. - Cumprindo o disposto no artigo anterior, o associado adquire todos os direitos dados pela associação e assume os deveres e obrigações decorrente deste estatuto, e das deliberações tomadas pela associação.

ARTIGO 10º. - Ficam criados 04 (quatro) categorias de sócios, a saber:

§ PRIMEIRO. - São sócios fundadores os que se inscrevem na assembléia de constituição;

§ SEGUNDO. - São sócios efetivos todos os produtores agropecuários - que tenham sido admitidos na forma estatutária;

§ TERCEIRO. - São sócios beneméritos todo aquele que tenha efetuado doação para o patrimônio da associação, promovido bolsa de estudo ou promovido colaboração de elevada importância para a associação, e forem aceitos como tais pela assembléia geral;

§ QUARTO. - Os nomes sugeridos às categorias de sócios beneméritos - ou honorários serão submetidos à apreciação da diretoria e .. aprovado pela assembléia geral.

ARTIGO 11º. - Os sócios respondem pelos compromissos assumidos pela associação desde que tenham sido submetidos à aprovação da assembléia geral.

ARTIGO 12º. - Terão direito de votos e serem votados os sócios fundadores e efetivos quites com a associação em pleno gozo de suas prerrogativas ou direitos e deveres e que tenham ingressado na quadro social até 30 (trinta) dias antes da respectiva assembléia geral.

ARTIGO 13º. - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

§ PRIMEIRO. - Votar e ser votados;

§ SEGUNDO. - Tomar parte nas assembléias geral, discutir e votar os assuntos que nela se tratarem;

§ TERCEIRO. - Apresentar a diretoria ou assembléia medidas de interesse da associação;

§ QUARTO. - Só poderá demitir-se da associação todos aqueles que es-

tiverem quites com a associação, podendo o mesmo efetuar sua proposta de retirada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

§ QUINTO. - Propor a admissão de novos sócios;

§ SEITO. - Realizar com a associação as operações que constituam .. seu objetivo;

§ SÉTIMO. - Solicitar por escrito informações sobre as atividades da associação;

§ OITAVO. - Procurar tomar conhecimento das datas das assembleias gerais e extraordinárias, principalmente pela publicação de edital;

§ NONO. - Os sócios terão franquiado o acesso aos livros contábeis e fiscais ou qualquer documentação da associação.

ARTIGO 14º. - São deveres dos sócios:

§ PRIMEIRO. - Realizar com a associação transações comerciais em .. conjunto ou separadamente representando a associação;

§ SEGUNDO. - Promover o engrandecimento moral, cultural e material da associação, cumprindo as determinações constantes do presente estatuto, também, os regimentos e participar das deliberações das assembleias geral;

§ TERCEIRO. - Desempenhar com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

§ QUARTO. - Pagar as mensalidades e taxas em dia;

§ QUINTO. - Prestar esclarecimento ou prestação de contas das atividades que lhe forem destinadas pela associação.

CAPÍTULO III

DAS ADMISSÕES, ELIMINAÇÕES OU EXCLUSÕES

ARTIGO 15º. - A demissão do associado, dá-se por sua única e exclusiva vontade, não podendo o seu pedido ser negado desde que o mesmo esteja quites com suas obrigações, é requerida ao diretor presidente, sendo por este levado à diretoria em sua primeira reunião, após o pedido, averbado no livro de matrícula o termo de aceite do pedido de demissão, termo este, devidamente assinado pela diretor presidente, após comunicação por escrito ao diretor, deverá o interessado ser comunicado por escrito o deferimento ou não de sua decisão.

ARTIGO 16º. - A eliminação do associado, que é aplicada em virtude da infração do constante neste estatuto, é feita ao interessado digo é feita ao infrator por decisão da diretoria, depois de notificação prévia, podendo ser efetuado ainda simples advertência que não poderá exceder à 02 (duas);

§ PRIMEIRO. - Além de outros motivos a diretoria deve eliminar associados que:

- 1º) - Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial associação ou que colida com os seus objetivos sociais;
- 2º) - Levar à associação a prática de atos contraditórios com normas vigentes no país;
- 3º) - Cometer falta grave contra a associação, tentando ludibriar qualquer dos seus poderes, ou manifestando-se em termos ofensivos contra o regulamento da associação, denegando assim, o bom nome da mesma;
- 4º) - Deixar de pagar suas anuidades e contribuições;
- 5º) - Prestar à associação informações inverídicas.

ARTIGO 17º. - Os motivos que determinarem a exclusão de associados deverão ser constados no livro próprio e assinado pelo diretor presidente, cópia autenticada da decisão será remetida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ao interessado, que terá também um prazo de 30 (trinta) dias para interpor recurso contra a decisão da associação.

ARTIGO 18º. - A exclusão do associado poderá ser feita:

- 1º) - Por morte da pessoa física;
- 2º) - Por incapacidade civil da mesma, ou seja falência e outros;
- 3º) - A exclusão do associado nos termos do sub item acima é feita por decisão da diretoria e lavrado no livro próprio;
- 4º) - Em caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado não terá direito à restituição de colaboração ou outros que tenha feito à associação;
- 5º) - Os deveres dos associados perduram para com os demitidos, eliminados e excluídos, até que seja provado pela assembléia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DOS PATRIMÔNIOS E FUNDOS

ARTIGO 19º. - Os patrimônios e os fundos da associação serão constituídos:

- 1º) - Das contribuições dos sócios;
- 2º) - Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc...
- 3º) - Das rendas patrimoniais;
- 4º) - Dos bens móveis e imóveis pertencentes à associação;
- 5º) - Dos resultados das atividades sociais serão compreendidas as alíneas anteriores.

ARTIGO 20º. - Os saldos apurados no fim de cada exercício deverão serem aplicados na formação patrimonial, através da aquisição de bens móveis e imóveis, títulos, etc...

ARTIGO 21º.- A jóia de admissão deverá cobrir as despesas de administração e reforçar o fundo de reserva.

ARTIGO 22º.- A anuidade para os sócios fundadores e efetivos terá finalidade de cumprir digo cobrir as despesas do exercício, juntamente com as outras receitas;

§ PRIMEIRO.- " anuidade que trata o presente artigo deverá ser paga nos 1º (primeiros) 03 (três) meses de cada ano, ou no ato da admissão, para os novos associados.

CAPÍTULO V
ÓRGÃOS SOCIAIS
SEÇÃO I
ASSEMBLÉIA GERAL

Proc. n.º 371/91
fis. 012
Mittel

ARTIGO 23º.- A assembléia geral dos associados serão ordinárias e extraordinárias, é o órgão supremo da associação, com poderes dentro dos limites deste estatuto, para toda e qualquer decisão social e participar das deliberações vinculadas a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

ARTIGO 24º.- A assembléia é convocada e dirigida pelo diretor presidente, após deliberação da diretoria;

§ PRIMEIRO.- A assembléia pode ser convocada pelo conselho fiscal se ocorrer motivo grave ou urgente, e ainda por 20% (vinte por cento) dos associados em pleno gozo dos seus direitos sociais, ... após solicitação não atendida pelo diretor presidente.

ARTIGO 25º.- Não poderão votar e serem votados os associados que:

1º).- Tenha sido admitido após convocação da assembléia;

2º).- Tenha infringido qualquer dos itens deste estatuto.

ARTIGO 26º.- As assembléias geral serão convocadas com antecedência - mínima de 10 (dez) dias para a 1ª (primeira) convocação, 01 ... (uma) hora para a 2ª (segunda) convocação e mais 01 (uma) hora para a terceira convocação;

§ ÚNICO.- As 03 (três) convocações poderão serem feitas em um único - edital, desde que nele conste, expressamente, os prazos para cada uma delas.

ARTIGO 27º.- Os editais de convocação das assembléias geral devem constar:

1º).- " denominação de associação, seguido da expressão convocação de assembléia geral, ordinária ou extraordinária, conforme o caso;

2º).- O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização;

3º).- " sequencia ordinal numérica das convocações;

4º).- A ordem do dia dos trabalhos com as devidas especificações;

5º).- O número de associados existentes na data de sua expedição, para efeito de calculo de número legal, quorum de instalação e .. apreciação da representação;

João Re
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA

62).- Nome por extenso e respectivo cargo do responsável pela convocação;

§ PRIMEIRO.- No caso da convocação ser feita por associados, o edital é assinado no mínimo, pelos 04 (quatro) primeiros que encabeçam a lista do documento que a solicitou;

§ SEGUNDO.- Os editais de convocação são afixados em locais visíveis nas dependências mais comumente frequentadas pelos sócios, comunicadas por circular aos associados e ou outros meios de divulgação.

ARTIGO 28º.- O número legal "quorum" para instalação da assembléia geral é o seguinte:

- 1º).- 2/3 (dois terços) do número de associados em condição de votar em 1ª (primeira) convocação;
- 2º).- Metade mais dois associados, em segunda convocação;
- 3º).- Qualquer número de associados presentes com direito a voto em terceira convocação.

ARTIGO 29º.- Da competência das assembléias geral, ordinária ou extraordinária, a distribuição de membros da diretoria, do conselho fiscal ou outro;

§ ÚNICO.-Ocorrendo distribuição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, pode a assembléia designar administradores e fiscais provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se efetuará dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 30º.- Os trabalhos da assembléia são dirigidos pelo diretor presidente que auxiliado pelo diretor secretário, sendo pelo 1º (primeiro) efetuado o convite aos ocupantes de cargos sociais e autoridades que melhor convier;

§ PRIMEIRO.- Na ausência de eventuais impedimentos de diretores secretários e de seu substituto, o diretor presidente, convida outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata "secretaria ad-hoc";

§ SEGUNDO.- Quando a assembléia geral não tiver sido convocada pelo diretor presidente, os trabalhos são dirigidos como também a secretaria por outros associados convidados por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

ARTIGO 31º.- Os ocupantes de cargos sociais, bem como quaisquer outros associados, apesar de não poderem votar nas decisões sobre assuntos a que ele se referir, de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, não ficam privados de tomar parte nos respectivos debates.

ARTIGO 32º.- Nas assembléias geral em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o diretor presidente da associação, -

logo após a leitura do relatório da diretoria, das peças contábeis, do parecer do conselho fiscal; solicitarão do plenário um associado que indique um dos presentes pertencentes à associação para coordenar os debates e a votação da matéria.

ARTIGO 33º.- Nas deliberações das assembleias gerais devem versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com ele tiverem direta ou indiretamente relação;

§ PRIMEIRO.- Na ausência de eventuais impedimentos do diretor secretário e do seu substituto, o diretor presidente convida outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata "secretaria ad-hoc";

§ SEGUNDO.- Quando a assembleia geral não tiver sido convocada pelo diretor presidente, os trabalhos serão dirigidos por outro associado, devidamente convocado por secretário constituído, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

ARTIGO 34º.- Os ocupantes de cargos sociais, bem como quaisquer outro associado, apesar de não poderem votar nas decisões sobre assuntos que a eles se referirem, de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, não ficam privados de tomar parte nos respectivos debates.

ARTIGO 35º.- Nas assembleias gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o diretor presidente da associação, logo após a leitura do relatório da diretoria, das peças contábeis, do parecer do conselho fiscal, solicitarão plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.

ARTIGO 36º.- Nas deliberações das assembleias gerais devem apenas versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com ele estiverem direta ou imediata relação;

§ PRIMEIRO.- Habitualmente a votação a descoberto, levantando-se os que aprovarem e fazendo-se a verificação pelo processo inverso, podendo a assembleia optar pelo voto secreto, atendendo então as normas então em uso;

§ SEGUNDO.- O que recorrer na assembleia geral deve constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, lida, aprovada e assinada pelo fiscal dos trabalhos, pelos componentes da mesa, por uma comissão de 04 (quatro) associados, designados pela assembleia, e, ainda, por 04 (quatro) pessoas escolhidas em comum acordo pelos participantes.

ARTIGO 37º.- As deliberações nas assembleias gerais são formadas por maioria simples de votos dos associados presentes com direito a voto;

§ PRIMEIRO.- Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para anular as deliberações
- vide folha nº 08 -

berações da assembleia geral viciada de erros, dolo, fraude ou simulações, ou tomadas como violação deste estatuto, contado o prazo da data em que a assembleia tiver sido realizada.

SEÇÃO II

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ARTIGO 382.- A assembleia geral ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do 1º (primeiro) trimestre que suceder ao término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que devem constar da ordem do dia:

I

Prestação de contas da diretoria acompanhada do parecer do conselho fiscal, compreendendo:

- A).- Relatório de gestão;
- B).- Balanço;
- C).- Demonstrativo das somas apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
- D).- Plano de atividade das sociedades para o exercício seguinte, com o respectivo orçamento de receitas e despesas.

II

- A).- Eleição dos componentes da diretoria e do conselho fiscal;
- B).- Os membros da diretoria e do conselho fiscal não poderão participar da votação das matérias referidas no início desse artigo;
- C).- A aprovação do relatório, balanço e contas da diretoria, desonerará seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erros, fraude ou simulação, bem como da infração deste estatuto em qualquer dos seus pontos.

ARTIGO 392.- Todos os artigos disponíveis no estatuto serão executados se a diretoria achar que o momento corresponde aos interesses da associação.

SEÇÃO III

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ARTIGO 402.- As assembleias gerais extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, e pode deliberar sobre qualquer assunto de interesse da associação e dos associados, desde que mencionados no edital de convocação.

ARTIGO 412.- É de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

= vide folha nº 09 =

- A).- Reforma de estatuto;
B).- Fusão, incorporação ou desmembramento;
C).- Mudança de objetivo da associação;
D).- Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidante;
§ ÚNICO.- São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV
DA DIRETORIA

ARTIGO 42º.- A associação será administrada por uma diretoria composta de 06 (seis) membros, todos associados, eleitos pela diretoria digo eleitos pela assembleia geral para um mandato de 01 (um) ano, com os títulos de diretor presidente; diretor vice presidente; diretor secretário, mais 03 (três) diretores podendo serem reeleitos;

§ PRIMEIRO.- Os diretores e os administradores contratados, não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas respondem solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem de má fé;

§ SEGUNDO.- A associação responde pelos atos que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito;

§ TERCEIRO.- Os diretores e administradores que participarem de atos ou operações sociais em que se oculte a natureza da mesma, para a associação, pode ser declarado responsável pelas obrigações, incorrendo nas penas cabíveis.

ARTIGO 42ºA.- São inelegíveis, além das pessoas legalmente impedidas, os condenados que vede seu acesso a cargo público, ainda que temporariamente, as pessoas legalmente declaradas falidas, os que praticarem atos de suborno ou peculato contra a economia popular, a fé pública e a propriedade privada;

§ PRIMEIRO.- O associado, mesmo ocupando cargo na associação, que em qualquer operação tiver interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações que sobre tal operação, versarem, cumprindo-lhe acusar o seu imprdimento;

§ SEGUNDO.- Os componentes da diretoria, dos conselhos fiscais ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedade anônimas, para efeito de responsabilidade criminal;

§ TERCEIRO.- Sem prejuízo de ações que couber a qualquer associado, a sociedade, por seus dirigentes, ou representada pelos seus associados, escolhidos em assembleia geral, tem direito de

- vide folha nº 10 -

acionar os dirigentes e administradores, para promoverem suas responsabilidades.

ARTIGO 43º. - A diretoria é regida pelas seguintes normas:

- A).- Reunir-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do diretor presidente, da maioria da própria diretoria, ou ainda do conselho fiscal;
- B).- Deliberar validades, com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação. Sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao diretor presidente o exercício de voto de desempate;
- C).- As deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no final dos trabalhos, pelos membros presentes;

§ PRIMEIRO. - No impedimento por prazo inferior a 90 (noventa) dias, o diretor presidente é substituído pelo diretor vice presidente;

§ SEGUNDO. - O diretor vice presidente e o diretor secretário, são substituídos por diretorias efetivas;

§ TERCEIRO. - O diretor vice presidente e o diretor secretário digo Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos da diretoria, deve o diretor presidente, ou os demais membros, se a presidência estiver vaga, ou ainda o conselho fiscal, convocar a assembléia geral para o devido preenchimento.

ARTIGO 44º. - Compete à diretoria, dentro dos limites deste estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da assembléia geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da associação e controlar os resultados;

§ PRIMEIRO. - No desempenho de suas funções, cabe-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- A).- Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades, afixando quantidade, valores, prazo, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- B).- Estabelecer as instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas em casos de violação ou abusos cometidos contra disposições, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a sociedade;
- C).- Determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;
- D).- Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e das necessidades para o atendimento das operações de serviços;
- E).- Estimar a rentabilidade das operações e serviços, bem como sua viabilidade;
- F).- Fixar as despesas da administração, em orçamentos anual, que -

Proc. n.º 3417/91
017
Muller
JURÍDICAS
PESSOAS
CIVIL
REGISTRO
ESTADO DE RONDÔNIA

indique a fonte de recursos para sua cobertura;

- G).- Contratar elementos de comprovada capacidade técnica, comercial e administrativa para as funções de gerência, contabilidade e fixar normas para administração dos demais empregados;
- H).- Designar substituto para o gerente nos seus impedimentos eventuais;
- I).- Fixar normas de disciplina funcional;
- J).- Julgar recurso interposto por empregado contra decisões disciplinares tomadas pelas gerências;
- L).- Fixar, quando conveniente, limites de fianças ou seguro de valores da associação;
- M).- Definir atribuições dos diretores e estabelecer normas para o funcionamento da sociedade;
- N).- Indicar o Banco, ou bancos, nos quais devem ser feitos os depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite máximo que pode ser mantido em caixa;
- O).- Estabelecer as normas de controle das operações e serviços verificando mensalmente, no mínimo o estado econômico financeiro da associação e o desenvolvimento das operações e atividades em geral através de balancetes de contabilidade e demonstrativos específicos;
- P).- Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados;
- Q).- Deliberar sobre a convocação da assembleia geral;
- R).- Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com prévia e expressar autorização da assembleia geral;
- S).- Contrair obrigações, realizar transações, adquirir, alienar, onerar bens imóveis, ceder direitos e constituir mandatário;
- T).- Zelar pelo cumprimento da legislação trabalhista e fiscal;
- § SEGUNDO.- A diretoria solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento da gerência para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos e decidir, podendo determinar que a mesma apresente previamente, projetos sobre questões específicas;
- § TERCEIRO.- As normas estabelecidas pela diretoria são baixadas sem forma de regulamento em forma de resolução ou instrução, que poderão serem incorporadas ao regimento interno da associação.
- ARTIGO 45º).- Ao diretor presidente cabem entre outras, as seguintes atribuições:
- A).- Supervisionar as atividades da associação através de verificação e contatos assíduos com a gerência;
- B).- Verificar frequentemente o saldo de caixa;
- C).- Assinar cheques bancários;

- D).- Assinar juntamente com o diretor presidente digo diretor secretário ou outro diretor designado pela diretoria, - contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- E).- Convocar e presidir as reuniões da diretoria, normalmente assembléia gera 1;
- F).- Apresentar à assembléia geral ordinária:
- 1º.- Relatório de gestão;
- 2º.- Balanço;
- 3º.- Demonstrativos dos lucros e perdas apurados no período, o plano anual de atividades da associação e o respectivo orçamento da receita e despesas;
- G).- Representar ativa e passivamente à associação, em juízo ou fora deste;
- H).- Proferir o voto de desempate.

ARTIGO 46º.- Ao diretor vice presidente cabe acessar e assinar permanentemente o trabalho do diretor presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) ... dias.

ARTIGO 47º.- Ao diretor secretário cabe entre outras, as seguintes atribuições:

- A).- Assinar, juntamente com o diretor presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- B).- Secretariar e lavrar atas das reuniões da diretoria, das assembléias gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes às suas atribuições.

ARTIGO 48º.- O gerente, funcionário contratado, é o executor das decisões tomadas pela diretoria, cabendo-lhe entre outras, por deliberação expressa desta, as seguintes atribuições:

- A).- Assece digo acessar a diretoria do planejamento na organização das atividades da associação e apresentar a essa, as sugestões que julgar conveniente ao aprimoramento administrativo e ao êxito das operações;
- B).- Distribuir, coordenar e contralar o trabalho a cargo de .. seus auxiliares;
- C).- Zelar pela disciplina e ordem funcional;
- D).- Efetuar ou determinar os pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo saldo de caixa, dentro dos limites estabelecidos pela diretoria;
- E).- Escriturar ou fazer escriturar o movimento financeiro;
- F).- Organizar, com acessoramento do contador as rotinas dos .. serviços contábeis auxiliares, zelando para que a escrituração esteja sempre em dia;
- G).- Determinar a forma e coordenar a transmissão ao contador - dos dados e documentos necessários aos registros da conta-

bilidade geral;

- H).- Preparar o orçamento anual das receitas e despesas, baseadas nos planos de trabalho estabelecidos e na experiência dos anos anteriores para apreciação da diretoria;
- I).- Assinar a correspondência de rotina;
- J).- Admitir e demitir empregados e aplicar as penas disciplinares que se impuserem, sempre conforme normas fixadas pela diretoria;
- L).- Providenciar para que os demonstrativos mensais, inclusive os balanços da contabilidade, sejam apresentados à diretoria e conselho fiscal no devido tempo;
- M).- Informar e orientar o quadro social quanto as operações serviços da associação;
- N).- Prestar ao conselho fiscal e à assembléia geral os esclarecimentos necessários e solicitados por escrito.

LOS SERVICIOS CONTÁBEIS

ARTIGO 492.- Os serviços de contabilidade, subordinado à gerencia serão organizados segundo às normas gerais de contabilidade e das disposições deste estatuto, cabendo ao contador, entre outros, os seguintes encargos:

- A).- Acessorar o gerente em todos os assuntos de natureza contábil;
- B).- Preparar o plano de contas, observando as normas oficiais - organizadas a organização dos registros de contabilidade geral com a ausencia do gerente;
- C).- Manter sempre em dia os serviços contábeis a seu encargo;
- D).- Levantar mensalmente o balancete, um demonstrativo comparado da execução orçamentária, e outros considerados necessários ao estudo do desenvolvimento das operações ou que lhe sejam solicitados pelo gerente ou pela diretoria;
- E).- Responsabilizar-se pelo e xame aritimético, moral, legal dos documentos submetidos, à registro na contabilidade geral;
- F).- Responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados com a contabilidade;
- G).- Transmitir à diretoria as informações que julgar conveniente sobre o andamento dos serviços contábeis;
- H).- Prestar ao gerente, à diretoria, ao conselho fiscal e à assembléia geral, os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Proc. n.º 37197
021
Ultaf
João K
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA

ARTIGO 502.- A administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente por um conselho fiscal, constituída por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela assembléia geral sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes;

§ ÚNICO.- O associado não pode exercer cumulativamente cargos da diretoria e do conselho fiscal.

ARTIGO 512.- O conselho fiscal reunir-se-a ordinariamente, sempre que necessário digo necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros;

§ PRIMEIRO.- O conselho fiscal em sua primeira reunião, escolherá, entre seus membros efetivos, um coordenador que se incumbirá de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos de ta, e um secretário para lavratura da ata;

§ SEGUNDO.- As reuniões podem ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, com solicitação da diretoria ou da assembléia geral;

§ TERCEIRO.- Quando da convocação dos conselhos fiscais para reuniões, serão também convidados os suplentes para assisti-las sem direito a voto, podendo, entretanto exercê-lo quando .. convocado para suprir a falta do titular;

§ QUARTO.- Na ausencia do coordenador os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião;

§ QUINTO.- As deliberações serão tomadas por maioria simples de voto que constarem da ata, lavrada no livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, em cada reunião pelos 03 (três) conselheiros presentes.

ARTIGO 522.- Aos membros do conselho fiscal aplica-se ao disposto no parágrafo único do artigo 28 (vingésimo oitavo) desse estatuto;

§ ÚNICO.- Ocorrendo 03 (três) vagas no conselho fiscal, a diretoria convoca a assembléia geral para o devido preenchimento.

ARTIGO 532.- Compete ao conselho fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, ativas e serviços da associação cabendo-lhe entre outras as seguintes atribuições:

- A).- Conferir mensalmente os saldos de numerários existentes observando sempre os limites estabelecidos pela diretoria;
- B).- Verificar se os extratos das contas bancárias concorre com a escrituração da associação;
- C).- Verificar se os montantes das despesas realizadas estão de conformidade com os planos e decisões da diretoria;
- D).- Verificar se as operações realizadas e os serviços presta-

dos correspondem em volume qualidade e valor com as previsões feitas e as conveniências economicas financeiras da associação;

- E).- Certificar se a diretoria tem reunido-se regularmente;
- F).- Averiguar se existem reclamações de associados quanto aos serviços prestados pela associação;
- G).- Inteirar-se dos recebimentos dos créditos quanto à pontualidade e os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- H).- Sertificar-se das exigências fiscais estão sendo cumpridas com exatidão junto às autoridades fiscais, tratadas ou administrativas;
- I).- Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como os seus inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;
- J).- Dar conhecimento e expressão à diretoria e quando necessário à assembléia geral das conclusões dos seus trabalhos, - apontando a esta as irregularidades constatadas;
- L).- Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais e os balanços omitidos digo emitidos parecer sobre este para a assembléia geral;
- M).- Convocar a assembléia geral quando ocorrer motivos graves e urgentes, comunicando se necessário aos órgãos competentes;
- § ÚNICO.- Para os exames de verificação dos livros, contas e documentos necessários aos cumprimentos de suas atribuições, - pode o conselho fiscal contratar o acessoramento de técnicos especializados e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria, correndo as despesas por conta da associação.

CAPITULO VI

DO VOTO E SUA REPRESENTAÇÃO

ARTIGO 542.- O associado presente ou representado tem direito apenas a 01 (hum) voto.

ARTIGO 552.- Para fins de representação de voto o mandatário terá que nomear um representante idoneo munido de documento comprobatório para este fim que sera apresentado à assembléia geral, documento este que ficará impedi digo em poder desse mesma assembléia, antes da reunião, tendo ainda obrigatoriamente que assinar o livro de presença onde iniciará digo incirirá o nome e número de matricula do respectivo mandante;

§ PRIMEIRO.- Do instrumento do mandato deve constar:

- A).- Nome e número d e matricula do mandante e representante que o está representante;
B).- Prazo do mandato;
C).- Declaração da constituição para fins de apresentação na assembléia geral;
D).- Data de sua elaboração e a declaração de estarem mandante e representante no gozo de seus direitos sociais;
E).- Firma do mandante devidamente reconhecido ou abonada por 02 (dois) associados no gozo de seus direitos sociais e não ocupantes de cargos eletivos na sociedade que indi ci go que se identifiquem com o número da matricula.

CAPITULO VII

DOS LIVROS

ARTIGO 562).- A associação obrigatoriamente terá os seguintes livros:

- 12).- Livro de matricula;
22).- de atas de assembléias gerais;
32).- De atas de reuniões da diretoria;
42).- De atas de reuniões de conselho fiscal;
52).- De presença de associados nas assembléias gerais;
62).- Outros necessários ao desempenho de suas obrigações fiscais, trabalhistas, fiscais, contábeis e sociais;

§ ÚNICO.- É facultado a doação do livro de matricula de folhas soltas ou fichas

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 572.- A diretoria "ad referendum" da assembléia geral poderá desmembrar os serviços previstos neste estatuto, bem como criar outros necessários para melhor atendimento dos objetivos técnicos e sociais da associação.

ARTIGO 582.- O exercício de qualquer cargo eletivo será gratuito, ressalvando as despesas de viagens e representação em favor da associação desde que comprovado.

ARTIGO 592.- É vedado a associação discursão e dissiminação de qualquer prática religiosa social ou política partidária e da seção de dependências da associação para reuniões de pessoal ou instituição enquadrados no acima exposto.

ARTIGO 602.- A filiação de associados na entidade da-se sem o comprometimento de sua autonomia ou patrimônio.

ARTIGO 612.- Os ocupantes de cargos sociais eleitos pela assembléia geral de fundação da associação tem an dugo mandato até a primeiro assembléia ordinária em cujo ano social te-

= continuação, folha nº 17 =

rá o início os mandatos previstos neste estatuto;

ARTIGO 620. - O disposto neste artigo não impede os diretores já eleitos a concorrerem a reeleição.

ARTIGO 621. - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da diretoria "ad referendum" da assembleia geral.

ARTIGO 632 O presente estatuto foi aprovado em assembleia geral extraordinária.

ARTIGO 641. - In caso de extinção, o patrimônio se reverta em favor da Associação que vier a existir legalmente e com os mesmos fins ou, em favor de uma instituição beneficente local, designada pela referida Assembleia.

João Rebelo
presidente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA

Comarca de O. Preto D'Oeste

Apresentado para registro e anotado sob o número de ordem 090 fls. 2vº protocolo A-1

Registro sob nº de ordem 006 fls. 7-8 o livro A nº 1 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Ouro Preto, D'Oeste, 13 de 06 de 1984.

O Oficial

[Assinatura]

Proc. n.º 371/91

fls. 024

[Assinatura]

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA

João Ke

GOV. GERAL ADMINISTRATIVO (DIRETORIA)

João Rebelo
PRESIDENTE

Geraldo Amador Saib
VICE-PRESIDENTE

Herbuzes Vieira Coelho
SECRETARIO

José Martins do Nascimento
VICE-SECRETARIO

Gilberto Camarões Madeira
TREASURERO

Mamã H. António Veiros
VICE-TREASURERO

CONSELHO

FISCAL

António Zettero
EFETIVO

Salomão Soutor
SUPLENTE

Melchior de Souza Santos
EFETIVO

António Soares de Siqueira
SUPLENTE

João F. de Andrade
EFETIVO

Lauro Alencar de Sousa
SUPLENTE

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTÓCOLO	
04/10/91	371/91
RESPONSÁVEL	

Proc. n.º 371/91
 026
 Mtor

AO EXM.º SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE-RO.
 SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS :

EM, 04-10-91 .

Mtor
 Maria Teixeira de Oliveira Coelho
 Serviços de Protocolo
 Portaria N.º 55, CMOPO/..0/91

Ao Assessor Jurídico,
 segue o presente processo p/ providências cabíveis, bem como aguardar resposta do ofício nº 388/69 encaminhado ao P. Executivo.

Em, 08.10.91.

Juarez.

A Defesa Legislativa
 Emnon prof. de lei para Combatei-
 mento do pleuário.

Em, 08/10/91.

Juarez.
 José Martins dos Santos
 Assessor Jurídico
 Port. N.º 091/CMOPO/90

Proc. n.º 371/91
fis. 026
Ulter

OFÍCIO Nº 388 /GP/CMOPO/RO/91

OURO PRETO DO OESTE/ RO
EM, 08 DE OUTUBRO/1.991

Senhora Prefeita;

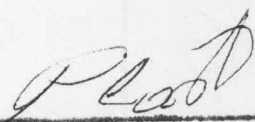
Pelo presente, com objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 344 de 27/09/91, que: "FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Solicitamos, o envio à esta Câmara, o Estatuto e C.G.C., da Associação Rural Oupretense organizada para ajuda mútua "AROOPAM".

Esclarecemos, que sem estes documentos instrutórios do Projeto acima, a Comissão de Justiça e Redação ficará sem condições legais de analisá-lo.

Contando com Vosso atendimento, somo-vos com consideração e apreço.

Atenciosamente,


Jasmão Pereira de Castro
Presidente

EXMª SRª

JOSELITA ARAUJO DE OLIVEIRA
MD. PREFEITA MUNICIPAL
NESTA.

Recebido
08/10/91

Proc. n.º 371/91
fis. 027
Luter

ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS E DÁ OUTRAS PRO
VIDÊNCIAS".

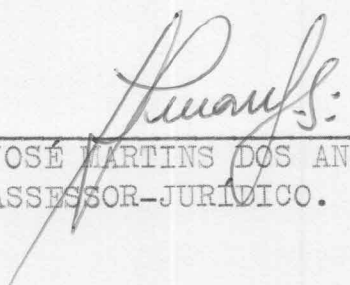
PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto é Constitucional e está em boa técnica Legislativa e boa redação.

Assim sendo, o mesmo deverá ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação, Orçamentos e Finanças e Obras e Serviços Públicos.

É nosso parecer

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1991.



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR-JURÍDICO.

Proc. n.º 371/91

fol. 028

Ally

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 76/91

O Projeto de Lei acima mencionado é Constitucional e trata-se de doação de terras urbanas, e dá outras Providências.

Por beneficiar uma entidade sem fins lucrativos e de interesse do Município de Ouro Preto Do Oeste, somos pela a aprovação do mencionado Projeto.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
RELATOR.

Proc. n.º 371/91

fol. 028

M. M. M.

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 46/91

O Projeto de Lei acima mencionado é Constitu-
cional e trata-se de doação de terras urbanas, e dá outras Providên-
cias.

Por beneficiar uma entidade sem fins lucrati-
vos e de interesse do Município de Ouro Preto Do Oeste, somos pela a
provação do mencionado Projeto.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
RELATOR.

Proc. n.º 371/91

fol. 029

Melo

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14/16 tos/UNAN.
Em: 21 / 10 / 91

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 76/91

Esta Comissão em detida análise ao Projeto
acima, constatou a Constitucionalidade do mesmo, baseando-se no pare-
cer Técnico - Jurídico.

Assim sendo, somos pela aprovação do mesmo,
que visa beneficiar "AROOPAM", com doação de terras urbanas.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.

Jose Martins do Nascimento
JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
PRESIDENTE.

Santos Pereira dos Santos
SANTOS PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO.

Francisco de Assis A. Bastos
FRANCISCO DE ASSIS A. BASTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 371/91

fol. 029

Ultras

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 4 votos / UNAN.
Em: 21 / 10 / 91

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91.

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 76/91

Esta Comissão em detida análise ao Projeto
acima, constatou a Constitucionalidade do mesmo, baseando-se no pare-
cer Técnico - Jurídico.

Assim sendo, somos pela aprovação do mesmo,
que visa beneficiar "AROOPAM", com doação de terras urbanas.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.

Presença

JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
PRESIDENTE.

Santos

SANTOS PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO.

Bastos

FRANCISCO DE MATE A. BASTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 371/91
fis. 030
Ultrap

A comissão Permanente de Orçamentos e Finanças,
para dar o parecer no prazo regimental
de 03 (três) dias.

Em, 15
10
91

Lmchado
Neuza de Souza Reis Machado

Estado de Rondônia.
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
DESIGNAÇÃO DE RELATOR
O Vereador Braz Resende
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamentos e Finanças
no uso das atribuições que lhe conferem o Art.
do Regimento Interno
RESOLVE designar o Vereador MESMO
membro desta Comissão, para atuar como Relator
do presente Projeto de Lei n.º 344 191
Sala das Reuniões das Comissões Permanentes
da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste,
em 15 de Outubro de 1991
Presidente das Comissões

Braz Resende
Vereador PDT

Proc. n.º 371/91
fis. 031
Ulrich

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 69/91

Este relator verificando o objetivo da referi-
da Associação à ser beneficiada, concorda plenamente com a doação aci-
ma mencionada, sendo portanto favorável à aprovação do Projeto de Lei'
nº 344/91.

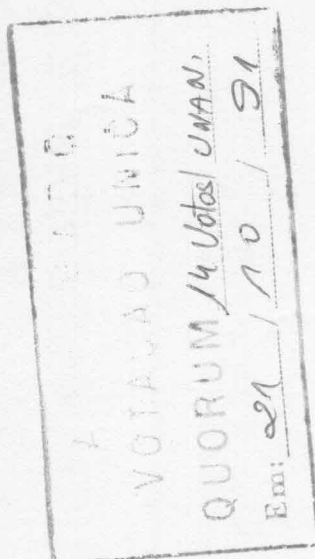
É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.

BRAZ RESENDE
RELATOR.

Proc. n.º 371/91
fis. 031
Ultrap

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS



PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 59/91

Este relator verificando o objetivo da referi-
da Associação à ser beneficiada, concorda plenamente com a doação aci-
ma mencionada, sendo portanto favorável à aprovação do Projeto de Lei
nº 344/91.

É nosso parecer.

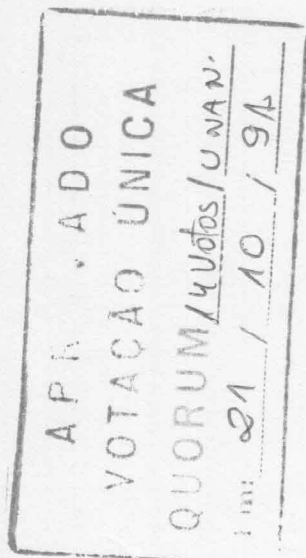
Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.


BRAZ RESENDE
RELATOR.

Proc. n.º 370/91

fls. 032

Musol



COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91


"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 59/91

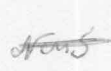
AROOPAM, entidade esta a ser beneficiada com a doação acima mencionada, tem suas finalidades que contribuirá para o progresso de Ouro Preto Do Oeste.

Assim sendo, esta Comissão concorda plenamente com a aprovação do Projeto em questão.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.


BRAZ RESENDE
PRESIDENTE.


SALATIEL CORRÊA CARNEIRO
SECRETÁRIO.


NASMARON MOREIRA DOS SANTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 371/91
fis. 032
[assinatura]

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 votos / 2 MAN-
Fm: 21 / 10 / 91

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 59/91

AROOPAM, entidade esta a ser beneficiada com a doação acima mencionada, tem suas finalidades que contribuirá para o progresso de Ouro Preto Do Oeste.

Assim sendo, esta Comissão concorda plenamente com a aprovação do Projeto em questão.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.

[assinatura]

BRAZ RESENDE
PRESIDENTE.

[assinatura]

SALATIEL CORRÊA CARNEIRO
SECRETÁRIO.

[assinatura]

NASMARON MOREIRA DOS SANTOS
MEMBRO.

Proj. n.º 371/91
fis. 033
Machado

A comissão Permanente de Obras e serviços Públicos,
para dar o parecer no prazo regimental de
03 (três) dias.

Em 15
10
91


Neuza de Souza Flôris Machado

Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
DESIGNAÇÃO DE RELATOR
O Vereador João Batista Simão
Presidente da Comissão Permanente de
Obras e serviços Públicos
no uso das atribuições que lhe conferem o Art.
do Regimento Interno.
RESOLVE designar o Vereador MESMO
membro desta Comissão, para atuar como Relator
do presente Projeto de Lei n.º 344 / 91
Sala das Reuniões das Comissões Permanen-
tes da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste;
em 15 de Outubro de 1991
Presidente das Comissões


João Batista Simão
Vereador PT

Proc. n.º 371/91
fis. 034
Muray

RELATOR DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 1991.

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 15/91

O Projeto é viável e trata-se de doação de terras urbanas e dá outras providências, além de transformar a referida Associação como de utilidade Pública. E por tratar-se de matéria de interesse coletivo, somos pela aprovação do mesmo.

É nosso Parecer.

Ouro Preto do Oeste-RO, 15 de outubro de 1991 .



JOÃO BATISTA SIMÃO
RELATOR.

Proc. N.º 371/91
fis. 034
Mural

RELATOR DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 1991.

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 15/91

O Projeto é viável e trata-se de doação de terras urbanas e dá outras providências, além de transformar a referida Associação como de utilidade Pública. E por tratar-se de matéria de interesse coletivo, somos pela aprovação do mesmo.

É nosso Parecer.

Curo Preto do Oeste-RO, 15 de outubro de 1991 .



JOÃO BATISTA SIMÃO
RELATOR.

Proc. n.º 371/91
fis. 035
Mto

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 4 votos UNAN.
em 21 / 10 / 91

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 13/91

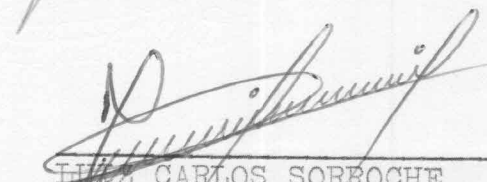
O Projeto de Lei 344/91, faz doação de terras urbanas, e dá outras Providências, e reconhece a AROOPAM como de utilidade Pública.

Nada temos contra à aprovação do mesmo, por tratar-se de uma entidade beneficente e sem fins lucrativos.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.


JOÃO BATISTA SIMÃO
PRESIDENTE.


LUIZ CARLOS SORROCHE
SECRETÁRIO.


JAIME JOSÉ DA SILVA
MEMBRO.

PROG. N.º 371/91
fis. 035
Lucy

APPROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 1/4 VOTOS UNAN.
Em 27 / 10 / 91

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI Nº 344 DE 27 DE SETEMBRO DE 91

"FAZ DOAÇÃO DE TERRAS URBANAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".


PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 15/91

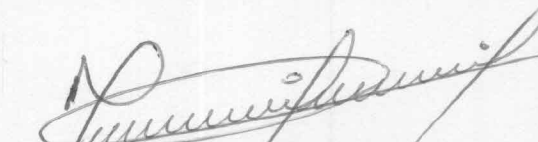
O Projeto de Lei 344/91, faz doação de terras urbanas, e dá outras Providências, e reconhece a ARCOOPAM como de utilidade Pública.

Nada temos contra à aprovação do mesmo, por tratar-se de uma entidade beneficente e sem fins lucrativos.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 15 de outubro de 1991.


JOÃO BATISTA SIMÃO
PRESIDENTE.


LUIZ CARLOS ZORROCHE
SECRETÁRIO.


JAIME JOSÉ DA SILVA
MEMBRO.

Ap. Plenário,

segue o referido Projeto de Lei, para discussão e votação única dos pareceres N.ºs: 76/91, da Comissão Permanente de Justiça e Reclamações, 59/91 da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças, e de N.º 13/91 da Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos, bem como a votação do mesmo.

Em. 21
 10
 91

[Signature]
 Neuza de Souza Rottis Machado

Ap. Plenário,
 segue o referido Projeto de Lei, para discussão e 2ª votação.

Em. 29
 10
 91

[Signature]
 Neuza de Souza Rottis Machado

Exmo. Sr. Presidente,
 segue o referido Projeto de Lei, devidamente aprovado em sessão ordinária realizada em 29 de Outubro/91, para que seja encaminhado através de Ofício, ao Executivo Municipal.

Em. 29
 10
 91

[Signature]
 Neuza de Souza Rottis Machado